

Preteitura Municipal de Japurá

Avenida Solimar, 361, Centro - CEP: 71221-000, Japurá-PA
 Fone: (44) 3435-1227 Fax: (44) 3435-3300 - E-mail: prefeitura@japurapa.com.br
 CNPJ: 17.718.30-0001/39

AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO N.º 93/2022
Pregão N.º 61/2022


OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA FINALIZAÇÃO DO PROJETO VETERINÁRIO MIRIM, REALIZADO PELO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ

Passado o prazo racional, torna-se publica a adjudicação do procedimento licitatório em epígrafe:

SABARA CASPARIUK GARICA		Produtor/Serviço	Marca	Und	Qtd	Preço Unit	Preço Total
1	1	CAMISETA MANGA CURTO C/ 10% POLIESTER 33% VISCOSE, TAMANHO: 110 (S), 120 (L), 14 (G), 16 (P), 18 (PP) - 1 ESTAMPA NA FRENTE, 2 LOGOTIPOS E UMA ESCRITA LATERAL, COR: A DEFINIR	propria	camiseta manga curta	UNID	80,00	1.360,00
2	1	CAMISETA MANGA CURTO C/ 10% POLIESTER 33% VISCOSE, TAMANHO: 110 (S), 120 (L), 14 (G), 16 (P), 18 (PP) - 1 ESTAMPA NA FRENTE, 2 LOGOTIPOS E UMA ESCRITA LATERAL, COR: A DEFINIR	propria	camiseta manga curta	UNID	20,00	400,00
TOTAL						1.760,00	

Japurá, 22/06/2022.

EYV DE OLIVEIRA JUNIOR
 Pregoeiro - Portaria 13/2022



Prefeitura Municipal de Japurá

Avenida Bolívar, 351, Centro, CEP: 87212-000, Japurá/PR
 Fone: (41) 3435-1127 Fax: (41) 3435-1107 E-mail: pmjapurap@net.com.br
 CNPJ: 07.718.560.001-50

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita do Município de Japurá,
 Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

R E S O L V E

HOMOLOGAR a Licitação nº **93/2022**, referente ao Pregão nº **61/2022**, que foi devidamente apresentada pela Assessoria Jurídica e pela Comissão de Licitação, designada pela Senhora Prefeita Municipal, através da Portaria nº 131/2022, conforme consta do Parecer Jurídico e termo de ata, devidamente lavrada em que ficaram classificados a(s) empresa(s) abaixo mencionada(s), nos termos dos Artigos 39, 23 da Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002 e demais alterações, visando a **AQUIZACÃO DE CAMISetas PARA FINALIZAÇÃO DO PROJETO VETERINÁRIO MRM, REALIZADO PELO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ**, sendo:

BARBARA GASPARINHO GARCIA		Prestador(a)	Marca	Unid.	Qtd.	Preço Unit.	Preço Total
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1	10	10	10	10	10	10	10
1							

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Paço Municipal "Manoel Peres Filho"

Av. Bolívar, 305 - Centro - CEP: 64.360-120 - Fone: (64) 3436-1360 - CxP: 87.232-000

CNPJ: 16.788.346/0001-01 - JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 120/2022

ADRIANA CRISTINA POLPHEUS, Prefeita Municipal de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LEI ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL Nº 043/2021, de 20/10/2021,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE) desta cidade de Japurá, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2022, um **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** em valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado à inclusão nas seguintes dotações orçamentárias:

ORÇAMO. 01 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE		
FUNÇÃO: 17.000.0000.0000 - SAANEAMENTO		
Subfunção: 17.512.0000.0000 - SAANEAMENTO - CENSAE		
Programa: 17.512.0022.0000 - Saaneamento e Água para Todos		
Aktividade: 17.512.0022.2007 - Coleta e Tratamento de Esgoto		
Categ. Econômica: 3.372.30.00.00 - Materiais de Consumo		
Fuente de Recurso: 30076 - Recursos Proprios - Exercício Anterior		R\$ 60.000,00
TOTAL		R\$ 60.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado como fonte de recursos o **SUPERÁVIT FINANCEIRO** apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "MANOEL PERES FILHO" de Japurá, Estado do Paraná, em 21 de junho de 2022.

ADRIANA CRISTINA POLPHEUS
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Japurá
Estado do Paraná

SÚMULA: DISPOE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE:

I.

E.

I.


Art. 1º. - O Orçamento do Município de Japurá, Estado do Paraná, para o exercício de 2023, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições Gerais;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

II. DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2023, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014-STN.

Art. 3º. - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta e Fundos que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

 **Prefeitura Municipal de Japura**
Rua Japura, 161 - Centro - Fone: (067) 262-2327 - Fax: (067) 265-3000
e-mail: pm@pajura.ap.gov.br - CEP: 87225-000 - CEP: 75.788.349/0003 - Japura/Pr.

Estado do Paraná

fora incluído nos moldes do **MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 407/21-STN.**

Art. 5º - Os Anexos de Metas Fiscais e Metas Fiscais referidos nos Art. 2º e 3º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

VOLUME I

Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Metas Fiscais


ANEXO DE METAS FISCAIS

I - Demonstrativo de Metas Fiscais e Providências.

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio da Previdência dos Servidores;
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Ratinância de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.



Prefeitura Municipal de Japurá

Avenida Bolívar, 363 - Centro - Fone: (41) 3025.1327 - Fax: (41) 3653.1000
e-mail: pm@japura.pr.gov.br | CEP: 81225-000 | JAPURÁ, PR. 75.788.349/0002-39 | japura.pr.gov.br

Estado do Paraná

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º. Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter o Anexo dos Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º. Em cumprimento ao § 1º do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Normal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício da Referência 2022 e para os seguintes:

1ª - Os valores correntes dos exercícios de 2022, 2024 e 2025, deverão levar em conta o provimento do aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incrementadas por meio de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentro os sugeridos pela Portaria n° 407/2011 da STN.

2ª - Os valores da coluna " % PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º. Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer o comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Normal e Montante da Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não das metas estabelecidas como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS DEZES EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º. De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três

Prefeitura Municipal de Japurá

Avenida Bolívar, 363 - Centro – Fones: (44) 3630-1327 - Fax: (44) 3630-1300
e-mail: pmj@japura.pr.gov.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ, PR. 788.340.0000 – 1000 – Japurá/PR.

Estado do Paraná

Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal. Divida Pública Consolidada e Dívida Consolidada. Relatório Anual e Relatório Setorial. Contas com memória e metodologia de custos que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as lidas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as informações e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comitados no Demonstrativo I.

EVALUAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Avaliação do Patrimônio Líquido, deve incluir as variações do Patrimônio de cada Órgão do Município e sua Consolidação.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Avaliação do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referendo patrimonial, devem ser repassados em despesas de capital, seja destinada por lei aos regimes de previdência social, parcial ou própria dos servidores públicos. O Orçamento e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 12 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, o Anexo das Mistas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal, sua compensação, de maneira a não prejudicar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração da legislação ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas preventivas do aumento da arrecadação ou redução de despesas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Brasil, 363 – Centro – Fone: (64) 3632-1127 – Fax: (64) 3635-1300
e-mail: pm@japurá.pr.gov.br | CEP: 87225-000 | CEP: 75.768.344/0001-39 – japurá.pr

Estado do Paraná

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 13. – O Art. 17, da LRF, considera obrigatória a cobertura do pagamento de despesas corrente derivada do lde, medida provisória ou ao administrativo normativo que lixem para a ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único. – O Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas – Casillata-se a permissão a permissão, inclusive de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÉBITA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.


Art. 14. – O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência das ações com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único. – De conformidade com a Portaria nº 40/2011-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e da despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2023, 2024 e 2025.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 15. – A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único. – O cálculo da Meta do Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através



Prefeitura Municipal de Itaquara

Avenida Bello, 134 – Centro – Fone (46) 3632-3327 – Fax (46) 3635-3300
e-mail: pm@itqara.gov.br – CEP: 87225-000 – CNPJ: 75.788.349/0003-39 – itaquara/PR

Estado do Paraná

das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 16. - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único. - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá ser em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Alíquo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Liquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 17. - A Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.


Parágrafo Único. - Utiliza-se a base de dados dos Balancos e Balancetes para sua elaboração, constituindo dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2023, a 2024.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 18. - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023, estão definidas e demonstradas no Anexo de Metas e Prioridades, anexo a esta Lei.

§ 1º. - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2023 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, um limite à programação das despesas.

§ 2º. - Na elaboração da proposta orçamentária para 2023, o Poder Executivo poderá, desde que não comprometa as metas físicas estabelecidas na Lei, e em face de compatibilizar a despesa orçotal à receita estimada, do forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.


Prefeitura Municipal de Itapira
Avenida Bolívar, 363 – Centro – Fone: (41) 3625-1327 - Fax: (41) 3625-1300
e-mail: pm@itapira.pr.gov.br - CEP: 83.912-000 - Itapira, PR
188.348/2003.09 – Itapira/PR
Estado do Paraná

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 19. O orçamento para o exercício financeiro de 2023 abrangará o Poder Legislativo, o Poder Executivo, Autarquias e os Fundos Municipais, que receberão recursos do Estado e da União, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 20. A Lei Organizamentária para 2023 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Autarquias, e aos Órgãos e Programas Físicos e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação específicas, e quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SFT/STN 42, 1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos pelo Conselho Nacional de Contas.

Art. 21. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 22. O Orçamento para exercício de 2023 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e Fundos (arts. 1º, 5º, 17º e 18º, 3º e 48º LRF).

Art. 23. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2023 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LR).

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para os exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, 9º da LRF).

Prefeitura Municipal de Japurá

Avenida Brasil, 363 - Centro - Fone: (41) 3625-1327 - Fax: (41) 3625-1300
e-mail: pmjapur@japuramg.gov.br - CEP: 67220-000 - Japurá/PA

Estado do Pará

Art. 24 - Na execução do orçamento, verificado que o comprometimento das Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações e observadas a Lei de recursos, adotado o mecanismo de limitação dos empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo, a saber:

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas trimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, o gestor deverá apresentar relatório de financeiro anual ao Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 25 - As Despesas Obrigatórias de Carter Continuada em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2022, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Carter Continuada fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2022 (art. 4º, § 2º da Lei).


Art. 26 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Propriedade da Lei (art. 4º, § 3º da Lei).

Art. 27 - O risco fiscal, caso se concretizar, será atendido com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação apurado no exercício, e do Superávit Financeiro do exercício de 2022.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados em outras dotações.

Art. 27 - O Orçamento para o exercício de 2023 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% da estimativa da Receita Corrente Líquida, e 10% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais (art. 3º, § 2º).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais

**Prefeitura Municipal de Itapira**
Avenida Bolívar, 383 – Centro – Fone: (41) 9435-1327 – Fax: (41) 9435-1300
e-mail: pm@itapira.pr.gov.br – CEP: 83.205-000 – Fone: 0800-5450003 – 39 – Itapira/PR

Estado do Paraná

improráveis, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Crédito Adicional Suplementares conforme disposto na Portaria MPD nº 42/1990, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º, art. 5º III, b, e Lei nº 10.172/2001, art. 1º, § 1º, inciso II.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso não sejam utilizados até 31 de março de 2017, poderão ser utilizados por uso do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 28 - Os investimentos com duração superior a 12 meses são constantes da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).


Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo Municipal da Organização Municipal poderá programar a execução mensal de programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, e por o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30 - Os Projetos e Alineadas prioritizados na Lei Orçamentária para 2023, e as atividades vinculadas aos recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras operações, só poderão ser executadas quando houver a totalidade ou parte do efetivo garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 5.0, da LRF).

Art. 31 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2023, constante do Anexo Programático desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V, e art. 14, da LRF).

Art. 32 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiárias de programas educacionais, culturais, recreativos, culturais, esporte, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, T e art. 28 da LRF).

Parágrafo Único - O Executivo Municipal está autorizado a assinar Termo de Fomento ou Termo de Colaboração de transferências voluntárias para prestação de serviços de assistência social, educação, cultura, esporte, regido pelas normas da Lei Federal nº 13.019/2014 de 13/07/2014, alterada pela Lei nº 13.240/2015, de 12/09/2015, e pelo Decreto Estadual nº 10.000/2015 de 04/05/2017 de 30/03/2017. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar bimestralmente dos recursos recebidos, tendo como prazo máximo para a apresentação a prestação conta o último dia útil do mês subsequente ao vencimento do Termo de Transferência de recursos.

 **Prefeitura Municipal de Itapiranga**
R. 15 de Novembro, 150 - Centro - Itapiranga - SC - CEP: 87222-000 - Fone: (41) 3237-1100 - Fax: (41) 3237-1101
e-mail: pm@itapiranga.sc.gov.br - CEP: 87222-000 - CNPJ: 17.583.345/0001-39 - itapiranga/PR

Estado do Paraná

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I, item I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os atos da licitação ou sua complementação.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2023, em cada evento, não exceda ao valor limite para despesa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente disposto (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes do federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos nos planos em lei orientada (art. 62 da LRF).

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2022 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza (art. 16, § 3º da LRF). A aplicação em apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 159/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza para outro, de Despesa Modalizada para Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, deverá ser feita por meio de ato do Poder Executivo e do Poder Judiciário e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2022 se o Poder Executivo Municipal, o autorizador do ato, puder incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2022 (art. 167, I da Constituição Federal).

Prefeitura Municipal de Tapará
Avenida Bolívar, 363 - Fone: 3361-1113 - Fax: 3361-1200
e-mail: pm@tapara.pa.br - CEP: 87225-000 - CNPJ: 06.938.000/91 - Tapará/PA.
Estado do Paraná

Art. 39. - O controle de custos das ações desativadas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único. - Os custos serão apurados através de operações aritméticas, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final de exercício (art. 4º, "d" da LRF).

Art. 40. - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integram o orçamento de 2023 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, do modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desde que a avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 41. - A Lei Orçamentária de 2023 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento das Despesas de Capital, até o limite de 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas ao final do semestre anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 21 e 22).

Art. 42. - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º da LRF).


Art. 43. - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto persistir o excesso, o Poder Executivo poderá solicitar primário necessário à manutenção de emprego e movimentação financeira (art. 31, § 1º da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL.

Art. 44. - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão ao longo do ano, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público no âmbito do Poder Executivo, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, da Constituição Federal).

Parágrafo Único. - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstas na lei de orçamento para 2023.

Art. 45. - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2023,

 **Prefeitura Municipal de Itapiranga**
Rua Manoel Boher, 383 - Centro - Itapiranga - SC 89112-700 Fone (48) 3502-1100
e-mail: pmg@itapiranga.sc.gov.br - www.itapiranga.sc.gov.br - itapiranga@itapiranga.sc.gov.br

Estado do Paraná

executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2022, acrescida de 5%, obedecido os limites prorrogação de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 40. - Nos casos de necessidade imediata, de excepcional interesse público ou de emergência devidamente justificada pelo autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, sendo as despesas com horas extras não excederá a 65% de limite estabelecido no art. 20, III da LRF e Artigo 74 da Lei Municipal nº 004/06 (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 47. - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
- IV - exoneração dos servidores não estáveis.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 48. - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar determinadas integrantes da comunidade, desde que, durante esses benefícios não considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 49. - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 da LRF).

Art. 50. - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira contido no Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

**Prefeitura Municipal de Tapará**
Avenida Bolívar, 363 – Centro – Fone: (41) 362-1127 – Fax: (41) 363-1300
e-mail: pmtp@tapara.pr.gov.br – CEP: 37223-000 – JARUÍ, 25, 708, 340/0023-39 – Jaruru/Pr.
Estado do Paraná

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sessão até o início do exercício financeiro de 2023, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária do exercício anterior, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.


Art. 52 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, multadas por insulsidade de litigância.


Art. 53 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 54 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal / Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 55 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaruru, 22 de junho de 2022


Adriana Cristina Polizer
Prefeita Municipal


Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar 343 - Centro - Fone: (16)3055-2227 - Fax: (16)305-2105
E-mail: administracao@japuramg.com.br - CEP: 13.210-000 - Cx. Postal: 13.249-000 - Japurá, SP.
Estado de Paraná

**AVISO DE RETIFICAÇÃO E REMARCAÇÃO LICITAÇÃO - EXCLUSIVO ME E EPP
PREFERENCIA LOCAL E REGIONAL
LICITAÇÃO Nº 89/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2022**

O MUNICÍPIO DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, TORNA PÚBLICO QUE ÀS OITO HORAS DO DIA 06/07/2022, FARÁ REALIZAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ, A AV. BOLÍVAR, 363, **PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS**, CONFORME ESPECIFICA ABAIXO:

DESCRIÇÃO DO OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTA LICITAÇÃO A REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM METALURGIA E VIGIÂNCIA, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ - PR.


O CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O MENOR PREÇO POR Item.

VALOR MÁXIMO - R\$ 465.517,50 Quatrocentos e Sessenta e Cinco Mil, Quinhentos e Ozeantes Reais e Cinqüenta Centavos).

O EDITAL, ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA FORMA DE LICITAÇÕES, DA PREFEITURA MUNICIPAL EM DIAS ÚTEIS NO HORÁRIO DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS. INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELO TELEFONE (16) 3435-3027 OU (16) 3435-1600 OU PELO E-MAIL: licitacao@japuramg.com.br. O MUNICÍPIO NÃO TEM CONTROLE DE RETIRADA DE EDITAL NOS MEIOS ELETRÔNICOS, POR TANTO, NÃO SE RESPONSABILIZA PELO EDITAL ANTES E DEPOIS DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS OU CONHECIDOS DE FORMA ADVERSA OU EM LOCAL DIVERSE DO PÚBLICO. NÃO HAVENDO PREVIDO FORMALIZAÇÃO DE RETIRADA DO EDITAL EXEME A ADMINISTRAÇÃO E O DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA COMUNICAÇÃO DE EVENTUAIS RETIFICAÇÕES OCORRIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, BEM COMO DE QUALQUER INFORMAÇÃO ADICIONAL.

JAPURÁ, 22/06/2022

ELY DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito

 **PREFETURA MUNICIPAL DE JAPURÁ**
Pazo Municipal "Mansel Pires Filho"
Fone: (66)3815-1317 - Fax: 3815-3039 - C.O.C. 71.781.949/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ


EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2022 - PSS
REGIME ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022


LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2003

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAPURÁ - CNPJ Nº 75.788.349/0001-39
CONTRATADA: GABRIELLI APARECIDA BONOTTO SILVA
CPF Nº 098.638.259-05
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

VALOR MENSAL DA REMUNERAÇÃO: R\$ 3.845,63
DATA DA ASSINATURA: 21/06/2022.

PRAZO DE INÍCIO: 21/06/2022.
PRAZO DE CONCLUSÃO: 05/12/2022.


ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal


Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 355, Centro, CEP: 87.212-000, Japurá, Paraná.
Fone: (41) 3635-1327, Fax: (41) 3635-1300 - E-mail: prefeitura@japurapa.gmail.com
CNPJ: 07.783.348/0001-36

ANEXO DE LICITAÇÃO N.º 102/2022
CONCORRÊNCIA - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS N.º 3/2022

O MUNICÍPIO DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, TORNA PÚBLICO QUE ÀS **14:00 HORAS DO DIA 26/07/2022**, PARA REALIZAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ, À AV. BOLÍVAR, 355, CONCORRÊNCIA, CONTOE ESPECÍFICA ABaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTA LICITAÇÃO A ALIENAÇÃO POR LEILÃO PÚBLICO DE IMÓVEIS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ, LOCALIZADOS NOS JARDIM CENTRO, RESIDENCIAL SANTA ROSA, RESIDENCIAL DEDRICO E RESIDENCIAL TREVIÇAN, CONFORME LEI MUNICIPAL 099/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ.


TIPO DE LICITAÇÃO: MAIOR LANCE / OFERTA

VALOR MÁXIMO - R\$ 751.500,00 (Setecentos e Cinquenta e Um Mil e Quinhentos Reais).

O EDITAL ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SEÇÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ, NAS DÍTAS HORAS NO JORNO DAS 07:30 AS 11:30 E DAS 13:00 AS 17:00 HORAS. INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELO TELEFONE (41) 3635-1327 OU (41) 3635-1600 OU PELO MAIL licita.japurapa@gmail.com. O MUNICÍPIO NÃO TEM CONTROLE DE RETIRADA DE EDITAL NOS MEIOS ELETRÔNICOS, POR TANTO, NÃO SE RESPONSABILIZA PELO EDITAL, ANEXOS E DEMAIS INFORMAÇÕES OBTIDOS OU CONHECIDOS DE FORMA ADVERSA OU EM LOCAL DIVERSO DO PÚBLICO. NÃO HAVENDO PÉDIDO FORMALIZADO DE RETIRADA DO EDITAL EXATE A ADMINISTRAÇÃO E O DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA COMUNICAÇÃO DE EVENTUAIS NOTIFICAÇÕES OCORRIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, BEM COMO DE QUALQUER INFORMAÇÃO ADICIONAIS.

Japurá, 22/06/2022

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Presidente Comissão Permanente de Licitações


PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal “Manoel Peres Filho”
Fone: (41) 3632-1490 - Fax: 3637-1300 - C.A.C. 70.788.498-0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 121 / 2022


ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá,
Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, no uso das
atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO o contido na lei Municipal Nº 024/2003
– Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de
Japurá, o Decreto de Nomeação Nº 126 / 2011 de 15
de setembro de 2011.

DE C R E T A


Art. 1º – Fica **EXONERADA**A PEDIDO do Cargo Efetivo de **AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS**, deste Município a Senhora **JULIANA MANZOTTE**, Matricula Nº 628, a partir de 03 de junho de 2022.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal Nº 126 / 2011 de 15 de setembro de 2011.

Paço Municipal Manoel Peres Filho de Japurá em 22 de junho de 2022.


ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 – e-mail: ds@japura.pr.gov.br

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURA**

Paço Municipal "Manoel Pereira Filho"
Rua. 199 - 190-1127 - Paço Municipal - Cx. 13 - 76400-09
JAPURA - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 122 / 2022

SÚMULA: CONCEDE ESTABILIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL
DE JAPURA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E CONSIDERANDO O CONTEÚDO DO ARTIGO 41 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NOS ARTOS 39 E 42, INCISO IV E ARTIGO 43 DA LEI 04.200/2001, ESTANTO OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JAPURA E OS ANEXOS DA LEI MUNICIPAL Nº 068/2011 - PLANO DE CARGOS E CARRERAS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JAPURA, COMO SEGUIR:


DECRETA

ART. 1º - Fica considerada ESTÁVEL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ABADOZ
RELACIONADA, A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2022, CONFORME SEGUIR:


NOME	CARGO	MATRÍCULA
LEI LUISE PAULA RIBEIRO DEVECHI	AUXILIAR DE SERV. GERAIS (FEM)	877

ART. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,
REVOGANDO-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

PAÇO MUNICIPAL MANOEL PERES FILHO DE JAPURA EM 22 DE JUNHO DE 2022.


ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Avenida Bolívar Nº 383, Centro, CEP 76222-000 - e-mail: adm@japura.pr.gov.br



PREFETURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Papa Municipal "MANOEL PERES FILHO"
 Fone: (45) 3405.1327 – Fax: (45) 3405.1330 – C.E.C. 75 348.90601-39
 JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ
CEP: 84.200-000

DECRETO Nº 123 / 2022

Susmaio: Dispõe sobre o Plano Anual Horizontal da Servidão Municipal e das outras providências.

A Prefeitura Municipal de Japurá, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que determina o Inciso b, Parágrafo 1 do Artigo 12º da Lei Municipal nº 068/2011 de 23 de dezembro de 2011 – Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Município de Japurá;


DECRETA

Art. 1º - Fica Enquadrada a Servidão Pública Municipal *conforme determina o Inciso b, Parágrafo 1 do Artigo 12º da Lei Municipal nº 068/ 2011 de 23 de dezembro de 2011 – Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Município de Japurá, como segue:*

Nome	Cargo	Classe Anterior	Classe Atual
LEILIANE PAULA RIBEIRO DEVECHI	AUXILIAR DE SERV. GERAIS (FEM)	A	Class. B


Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Papa Municipal "Manoel Peres Filho" de Japurá em 22 de junho de 2022.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
 Prefeita Municipal

Assinada Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87125-000, Cox Postal 81 – e-mail: japuramun@jurupara.net.com.br

**MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ**
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114 e 3644-1100.
Site: www.assomodelparana.pr.gov.br e e-mail: cont@assomodelparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
C N P J - 80.909.617/0001-03

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO Nº 04/2022 - PMSM
DATA DE ASSINATURA: 22 de junho de 2022.
CONTRATANTE: Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, com sede à Praça Paraná, 50, CONTRATO: ARENTO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº. 78.736.659/0001-66, localizada na Rua Marechal Cândido Rondon, nº 1705, Andar 1 Sala 101, Centro, CEP: 87.704-000, da cidade de Paranavai, Estado do Paraná. **OBJETO:** O presente termo tem como objeto alterar a seguinte cláusula do CONTRATO original DE EMPREITADA DE OBRAS POR PREÇO FIXO, Nº 036/2020 - PMSM celebrado em 18/09/2020, na Edital de Tomada de Preços nº 81/2020 - PMSM.

CLÁUSULA PRIMEIRA: "CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO:" O prazo de execução do presente contrato fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, a partir de 25 de junho de 2022 até a data de 24 de agosto de 2022, com respeito no inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA: "O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, a partir de 12 de junho de 2022 até o dia 11 de setembro de 2022", com respeito no inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original e Termo Aditivo nº 1, 2 e 3.

FORD: Comarca de Cianorte.

Praça Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 22 de junho de 2022.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)


MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estrada do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 644-1114 e 644-1100.
Site: www.sao Manoel do parana.pr.gov.br e e-mail: compras@saomanoel doparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNP J - 80.909.637/0001-63

ERRATA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Publicado na Quarta-feira 15 de Junho de 2022, EDIÇÃO N° 8766, TRIB-BS


ONDE SE LE: O Lote 2 teve resultado DESERTO.

Ficaram desertos os Itens 1 e 2 do Lote 01 e os itens 1, 2, 3 e 4 do Lote 02.

LEIA-SE: O Lote 2 teve resultado DESERTO.

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 22 de junho de 2022

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)



PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

ERRATA


Na publicação do dia 24 de outubro de 2019 do Diário Oficial da Tribuna de Cianorte – PR, referente a **LEI MUNICIPAL Nº 919/2019**, publicada na página B-6 da Edição nº 8177, leia-se:

Altera a redação do artigo 13º da referida lei, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**ART 13º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser aplicadas as penalidades previstas na Legislação Federal: Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, às pessoas físicas e jurídicas que infringirem as disposições destas Lei, fica ainda sujeitas à multa prevista no Código de Posturas deste Município de Guaporema, ficando por fim, revogada todas as disposições em contrário”.

Guaporema-PR, em 22 de junho de 2022.

GILBERTO CASTIGLIONI
PREFEITO MUNICIPAL
(Original assinada)



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmsguaporema@uol.com.br


AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº25/2022

O MUNICÍPIO DE GUAPOREMA, torna público que fará realizar no dia 06 de julho de 2022, às 09:00 horas em sua sede, situada à Rua Para, 86, Pregão eletrônico do tipo Menor Preço, por ITEM. Objeto: Aquisição de odontológicos, materiais hospitalares e medicamentos, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. A pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos anexos, poderá ser examinado no seguinte endereço: no site da Prefeitura Municipal (<http://www.guaporema.pr.gov.br/>), bem como no portal da BLL (<http://bll.org.br/>). Maiores informações poderão ser obtidas, pelo Telefone (44) 3684 1206.

Guaporema – Pr., 22 de junho de 2022.

Claudio Batista Pereira
Pregoeiro

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
3º Tabelionato de Notas e
1º Ofício do Registro Civil
Mauro Gomes de Moraes
Oficial Designado
Av: Marechal, 234 - Centro - C.E.P. 87.200-246 - (044) 3629-1749



Comarca de Cianorte
Estado do Paraná
Antonio Guedes de Souza
Escrivão

LIVRO D-066

FOLHA 059

TERMO 027058

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 27.058

Faço saber que pretendem casar-se, sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: **CLAUDINEY JOSÉ DA SILVA SANTOS**, de nacionalidade brasileiro, Jatiador, solteiro, natural de ARAPIRACA-AL, onde nasceu no dia 09 de setembro de 1994, residente e domiciliado à Rua JURUÁ, 1279, em CIANORTE-PR, filho de JOSÉ LUIS DOS SANTOS e de MARIA DO CARMO SILVA SANTOS; e **KATHLEEN OLIVEIRA DOS SANTOS** de nacionalidade , Auxiliar de Produção, solteira, natural de SÃO PAULO-SP, onde nasceu no dia 24 de fevereiro de 2000, residente e domiciliada à Rua JURUÁ, 1279, em CIANORTE-PR, filha de CARLOS ALBERTO GOMES DOS SANTOS e de MARIA ANIZIA CORDEIRO DE OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume no dia 08 de junho de 2022, Protocolado Sob Nº: 1.508/2022.

CIANORTE-PR, 08 de junho de 2022.

Mauro Gomes de Moraes
Oficial

3º TABELACIONATO E
1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL
CIANORTE - PR
Mauro Gomes de Moraes
Oficial Designado

FAMÍLIA NOTA 10 NÃO HOSPEDA O MOSQUITO AEDES AEGYPTI

GUERRA CONTRA A DENGUE. JUNTOS, SOMOS MAIS FORTES.



COLOQUE O LIXO EM SACOS PLÁSTICOS E MANTENHA A LIXEIRA BEM FECHADA.



MANTENHA BEM TAMPADOS TONÉIS E BARRIS D'ÁGUA.



MANTENHA A CAIXA D'ÁGUA BEM FECHADA. COLOQUE TAMBÉM UMA TELA NO LADRÃO DA CAIXA D'ÁGUA.



REMOVA FOLHAS, GALHOS E TUDO QUE POSSA IMPEDIR A ÁGUA DE CORRER PELAS CALHAS.



LAVE POR DENTRO, COM ESCOVA E SABÃO, OS UTENSÍLIOS USADOS PARA GUARDAR ÁGUA EM CASA.



TROQUE A ÁGUA DE VASOS DE PLANTAS AQUÁTICAS E LAVE-OS COM ÁGUA E SABÃO UMA VEZ POR SEMANA.



VIRE TODAS AS GARRAFAS COM A BOCA PARA BAIXO E EVITE QUE ACUMULE ÁGUA DENTRO DELAS.



COLOQUE NO LIXO TODO OBJETO NÃO UTILIZADO QUE POSSA ACUMULAR ÁGUA.



ENCHA DE AREIA OS PRATOS DAS PLANTAS OU LAVE-OS SEMANALMENTE.



LAVE SEMANALMENTE POR DENTRO OS TANQUES UTILIZADOS PARA GUARDAR ÁGUA.



NÃO DEIXE ÁGUA ACUMULADA SOBRE A LAJE.



FECHE BEM O SACO DE LIXO E DEIXE-O FORA DO ALCANCE DE ANIMAIS.

EVITE ÁGUA PARADA. PROTEJA SUA FAMÍLIA.